

DISPUTA

Prefeitura do Lago Norte se alia aos moradores na luta para manter a área de preservação ambiental. Ministério Público apóia comunidade e afirma que a extinção do parque é antidemocrática e ilegal

Cresce a briga pelo parque

Carolina Nogueira
Da equipe do **Correio**

A prefeitura do Lago Norte, que tem 21 anos de existência, encampou a batalha dos moradores contra a extinção do Parque Vivencial do Lago Norte. A transformação do parque em área habitacional já foi aprovada na Câmara Legislativa, mas a comunidade procura alternativas para evitar a perda do único espaço ecológico do bairro. A lei, enviada pelo governador Joaquim Roriz à Câmara Legislativa no dia 26 de dezembro, foi criada sem qualquer consulta à comunidade, e acabou aprovada pelos distritais dois dias depois, à revelia dos moradores.

“A briga só está começando, vamos fazer tudo o que estiver ao nosso alcance”, promete o vice-prefeito da Península Norte Ney Barreto Júnior. Em reunião na noite de quarta-feira, a prefeitura traçou o plano: a partir da semana que vem, haverá manifestações públicas na saída do Lago, com faixas e cartazes. “A posição dos moradores contra a desapropriação já é unânime, mas precisamos sensibilizar cada vez mais as pessoas”, defende a secretária de meio ambiente da prefeitura, Dolores Pierson.

A associação comunitária também pretende enviar cartas ao governador, pedindo o veto da lei. Se não der certo, a idéia é acionar judicialmente o GDF, via ação popular. Para isso, a prefeitura tem um aliado de peso — o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. “A situação é própria de ação popular: os moradores tentando anular um ato do Legislativo ou do Executivo que seja lesivo ao patrimônio público ou ao meio ambiente”, comentou a promotora de meio ambiente, Juliana Santilli.

Santilli promete apoio à cau-

Carlos Vieira



DOLORES PIERSON (D) ANUNCIA MANIFESTAÇÕES NA SAÍDA DO LAGO, A PARTIR DA PRÓXIMA SEMANA: “VAMOS MOBILIZAR A COMUNIDADE”

sa. “Ainda estou analisando o caso, mas já dá para dizer que a lei viola vários artigos da Lei Orgânica do Distrito Federal”, comentou, ressaltando que a Lei Orgânica tem valor de Constituição para o DF. “Nenhuma outra lei pode contrariá-la.”

QUALIDADE DE VIDA

Desde que foi proposta pelo governador Roriz, a lei que revoga a criação do parque e permite a construção de um setor habitacional no local vem causando indignação em moradores, ambientalistas, juristas e até parlamentares.

“Antes de ser deputado, sou morador do Lago Norte e, como tal, acho um absurdo o que o governador Roriz está fazendo. Ele não se importa com a qualidade de vida, só com a verba que sairá daí”, afirmou o deputado federal Geraldo Magela (PT/DF). Ele disse não saber se, legalmente, há algo que a bancada federal possa fazer. “Mas estou trabalhando para ter uma posição fechada de todos os congressistas repudiando essa lei”, completou.

Para a promotora Juliana Santilli, além de inconstitucional a extinção do parque é antidemo-

crática. “Isso tem um impacto social, ambiental e urbanístico muito grande. A comunidade precisava ter sido ouvida”, afirmou. Ela ressaltou que a lei foi apresentada em um momento de esvaziamento do Judiciário e contou com apenas dois dias de debate.

Santilli questiona ainda os argumentos do GDF. “A lei fala que uma comissão permanente de parques ecológicos avaliou a unidade de conservação como estando degradada demais para a preservação. E, pior, coloca como um dos motivos para a desapropriação a localização do par-

que em área nobre da cidade”, comenta ela. “Bairro nobre não pode ter parque?”, perguntou a promotora. “É como se pode esperar que uma comissão formada só por órgãos governamentais avalie isentamente uma área de interesse do próprio governo?”, questionou.

A comunidade garante que não vai desistir da causa. Segundo a prefeitura, se o governador voltar atrás e vetar a lei, os moradores estão dispostos até a custear a implantação da área de lazer e preservação. “Se for necessário, nós mesmos vamos cuidar do parque”, completou.